

Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A.

CNPJ 02.551.474/0001-57 - Lagoa Santa - MG

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A. ("Companhia") divulga os seus resultados referentes ao exercício de 2025.

Caminhos Estratégicos e Iniciativas

O ano de 2025 apresentou grandes desafios e transformações para a Marangoni Brasil, mantivemos evolução no portfólio de produtos, bem como, no atendimento com excelência aos clientes, em especial a nossa Rede Autorizada. Destacamos principalmente pela grande conquista realizada neste exercício, ao qual foi realizado o controle acionário de 100% da Marangoni Brasil pelo Grupo Vival. A partir do planejamento estratégico da Companhia, definiu-se uma administração corporativa, criando uma maior sinergia operacional. Adicionalmente, a transferência e construção da nova planta industrial em Feira de Santana-BA, permitirá melhor eficiência operacional, crescimento na capacidade de produção e proporcionando competitividade mercadológica.

A Companhia tem se mostrado confiante para utilizar das oportunidades e superar os desafios que se apresentarão para o ano de 2026.

Mercado e Desempenho

A conquista de clientes realizada ao longo de 2025 reflete a expansão da marca Marangoni no mercado, bem como, o crescimento da Companhia no atendimento do mercado da reforma de pneus no cenário nacional. O mercado da reforma de pneus apresentou expansão e exigiu novas tecnologias, nos viabilizando uma parceria com a Vival Máquinas, onde pudemos oferecer para nossos clientes o que há de mais moderno e avançado em equipamentos de reforma de pneus.

Desafios e Expectativas para 2026

Para 2026 estamos comemorando 25 anos de Marangoni Brasil e para isso, serão realizadas diversas ações com objetivo de fortalecimento da marca, dentre elas podemos destacar: visitas de clientes a nova planta de Marangoni e participação na Feira Pneu Show. O mercado vem

apresentando sinais de oportunidades e a Companhia possui confiança no fortalecimento da reforma de pneus por meio da qualidade e tecnologia que entrega em seus produtos. A Companhia continuará com seus esforços na consolidação da sua marca e otimização da gestão de custos, bem como, no estreitamento de laços com seus parceiros e colaboradores.

Mensagem Final de Agradecimentos

A Marangoni é uma empresa construída com integridade, coragem e dedicação de seus acionistas e com o comprometimento e colaboração de pessoas ao longo de anos. Nosso jeito de ir além e superar desafios nos levarão a um ano histórico.

Em nome da administração, expressamos nossos agradecimentos a todos os nossos funcionários, clientes e transportadores que rodam com nossos produtos quilômetros a frente.

Lagoa Santa (MG), 09 de fevereiro de 2026

A Administração

Balanco Patrimonial - Em Milhares de Reais			
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		45.863	37.265
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	434	1.694
Contas a Receber de Clientes	6	18.554	15.997
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	7	581	2.450
Tributos a Recuperar	8	4.871	3.568
Estoques	9	20.055	12.498
Outros Direitos Realizáveis		1.368	1.058
Não Circulante		64.555	61.366
Direitos Realizáveis		25.081	20.784
Contas a Receber de Clientes	6	4.048	3.327
Tributos a Recuperar	8	19.154	17.169
Depósitos Judiciais		813	288
Outros Direitos Realizáveis		1.066	-
Imobilizado	10	38.802	40.418
Intangível	10	672	164
Total do Ativo		110.418	98.631

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Milhares de Reais				
Eventos	Capital Social		Prejuízos Acumulados	Totais
	Futuro Aumento de Capital	Adiantamento para Aumento de Capital		
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2024	86.954	-	(80.166)	6.788
Prejuízo do Exercício	-	-	(12.373)	(12.373)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	13.995	-	13.995
Saldo Final em 31 de dezembro de 2024	86.954	-	(92.539)	8.410
Prejuízo do Exercício	-	-	(9.478)	(9.478)
Aumento de Capital com AFAC	18.495	(13.995)	-	4.500
Aumento de Capital com Créditos	39.505	-	-	39.505
Saldo Final em 31 de dezembro de 2025	144.954	-	(102.017)	42.937

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 - (Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais: A Companhia tem por objeto social: - A produção industrial de pneus novos e recauchutados, bandas de rodagem novas e recauchutadas, matérias primas e materiais para a produção e recauchutagem de pneus, para a produção de pneus de borracha e similares de qualquer tipo, estado, composição e aplicação; - A produção de artefatos de borracha para a indústria de veículos automotores; - A comercialização, direta ou indireta, nos mercados brasileiro e estrangeiro, dos produtos mencionados no item "a" supra, obedecendo todas as condições dos respectivos setores comerciais; - Produção de maquinários e equipamentos para produção ou recauchutagem de pneus e produtos de borracha, bem como a distribuição nos mercados brasileiro e estrangeiros dos produtos obtidos; - Importação e exportação de produtos relacionados com o objeto supramencionado; - Comercialização e exportação de produtos agropecuários e seus derivados; - Representação, por conta própria, ou de terceiros, de companhias nacionais e estrangeiras; - Prestação de serviços e consultoria e assessoria comercial, "marketing", assistência técnica administrativa e financeira; - Prestação de serviços e assistência técnica, manutenção e locação de máquinas e equipamentos; e - A participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. Em maio de 2023, através dos seus atos societários a companhia transformou o tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, não importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais e o mesmo patrimônio. Em virtude da transformação do tipo jurídico da Sociedade para sociedade anônima de capital fechado, a Sociedade passou a utilizar a denominação social de **MARANGONI TREAD LATINO AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE BORRACHA S.A.** Em 02 de junho de 2023 ocorreu a elaboração do Estatuto Social e estabelecida a sociedade com a **BORRACHAS VIPAL S.A.**, a partir da aquisição de 80% de participação do capital social da **MARANGONI TREAD LATINO AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE BORRACHA S.A.**, assumindo o controle societário da companhia, passando a fazer parte do grupo econômico denominado Grupo PP. Em 29 de agosto de 2025, foi assinado o contrato de compra e venda de ações ordinárias entre a Marangoni Tread Latino América S.A. e a Borrachas Vipal S.A., controladora da Companhia, para aquisição de 200.000 ações, equivalente a 20% do capital remanescentes. A partir desta data a Borrachas Vipal S.A. passou a deter 100% de participação da Companhia. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 09 de fevereiro de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras. **Recuperação Judicial (Definitivamente encerrada):** A Companhia ingressou com pedido de recuperação judicial em 2017 com o objetivo de reestruturar seu passivo financeiro e preservar a continuidade de suas operações. O plano de recuperação judicial foi homologado em 2022. Em junho de 2025 foi proferida sentença de encerramento da recuperação judicial, com trânsito em julgado em agosto de 2025, em razão do cumprimento das obrigações previstas no período de supervisão legal. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia opera fora do regime de recuperação judicial. As obrigações remanescentes previstas no plano homologado seguem sendo liquidadas conforme cronograma estabelecido, sem impactos na continuidade operacional.

Nota 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: 2.1. Base de Preparação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. 2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.3. Instrumentos Financeiros: Classificação: A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: a) **Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Receitas e Despesas Financeiras". b) **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. c) **Empréstimos e Recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. d) **Passivos Financeiros:** A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros. e) **Outros Passivos Financeiros:** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. 2.4. Contas a receber de Clientes: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. 2.5. Estoques: Os estoques de mercadorias são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam o valor de mercado. 2.6. Investimentos: Estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado pelo método de equivalência patrimonial quanto às participações em controladas. 2.7. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear para aloçar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a taxas estabelecidas em função do tempo de fruição dos benefícios econômicos. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixa. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada

operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado. 2.8. Provisão para Férias e Encargos: Foi constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos, até a data do balanço. 2.9. Impairment de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. 2.10. Partes Relacionadas: Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado. 2.11. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou aumento de capital aprovado em alteração estatutária, integralizado mediante a capitalização de créditos detidos por parte controladora, Borrachas Vipal S.A. Em decorrência dessa operação, foi efetuada a baixa de obrigações registradas na rubrica de fornecedores intercompany, no montante de R\$ 39.505 mil, com contrapartida em capital social. A transação não envolveu desembolso de caixa, representando reclassificação patrimonial entre passivo e patrimônio líquido, sem impacto no resultado do exercício. Para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, o efeito dessa movimentação foi desconsiderado na variação do grupo de fornecedores, por se tratar de transação que não afeta o caixa. 2.12. Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras): São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.13. Arrendamento Mercantil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem essa norma são de aluguel de imóvel, máquinas e da frota de veículos e foram utilizadas taxas médias de mercado, essas taxas foram utilizadas com base nos principais índices financeiros utilizados. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06 (R2)/IFRS 16. Os demais não se enquadram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses. 2.14. Demais Ativos e Passivos: Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die". 2.15. Provisões: As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. 2.16. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. 2.17. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens no curso normal das atividades da Companhia. 2.18. A Companhia é tributada pelo Lucro Real.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. Estimativas e Premissas Contábeis Críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: **Reconhecimento de Receita:** A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. **Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos:** A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões não são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis,

Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais			
Nota	01/01/2025	01/01/2024	
	a 31/12/2025	a 31/12/2024	
Receita Operacional Líquida	21	133.719	108.072
Custos dos Produtos e Serviços		(103.095)	(77.488)
Lucro Bruto		30.624	30.584
Despesas/Receitas Operacionais		(39.208)	(36.786)
Despesas com Pessoal	22	(19.005)	(16.259)
Despesas Gerais e Administrativas		(27.495)	(27.818)
Outros Ganhos/Perdas Líquidos	23	7.292	7.291
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(8.584)	(6.202)
Receitas Financeiras	24	4.754	2.648
Despesas Financeiras	24	(6.491)	(8.034)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(10.321)	(11.588)
IR e CS Diferidos		843	(785)
Prejuízo do Exercício		(9.478)	(12.373)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais			
Prejuízo do Exercício	01/01/2025	01/01/2024	
	a 31/12/2025	a 31/12/2024	
Prejuízo do Exercício	(9.478)	(12.373)	
Movimentação do Período	-	-	
Resultado Abrangente do Exercício	(9.478)	(12.373)	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto) - Em Milhares de Reais			
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	01/01/2025	01/01/2024	
	a 31/12/2025	a 31/12/2024	
Prejuízo do Exercício	(9.478)	(12.373)	
Ajustado por:			
Depreciação/Amortização	2.847	3.055	
Alienação Imobilizado	1.978	449	
Direitos de Uso/Arrendamento - líquidos	510	591	
Juros pagos	575	(240)	
Provisões p/Contingências	1.544	(2.759)	
Resultado Ajustado	(2.024)	(11.277)	
(Aumento)/Redução dos Ativos:			
Contas a Receber de Clientes	(3.278)	(8.412)	
Tributos a Recuperar	(3.288)	5.439	
Estoques	(7.557)	(691)	
Outros Direitos Realizáveis	(1.901)	(157)	
Aumento/(Redução) dos Passivos:			
Fornecedores	25.652	15.583	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	75	84	
Parcelamentos Tributários	(2.349)	(2.642)	
Obrigações Fiscais e Tributárias	495	(167)	
Passivos Vinculados a RJ	(29)	-	
Outras Obrigações	36	50	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	5.832	(2.190)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações no Imobilizado	(10.053)	(7.896)	
Aplicações no Intangível	-	(105)	
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	1.869	(2.143)	
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades de Investimento	(8.184)	(10.144)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	4.500	13.995	
Instituições Financeiras - Captação	4.541	5.000	
Instituições Financeiras - Pagamento	-	(10.809)	
Adiantamentos de Clientes	(934)	1.979	
Partes relacionadas, líquidas	(7.015)	2.557	
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades de Financiamento	1.092	12.722	
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.260)	388	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.694	1.306	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	434	1.694	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro: 4.1. Considerações Gerais e Políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de pagamentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. 4.2. Fatores de Riscos Financeiros: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e do excedente de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. **Riscos de Mercado: Risco de Crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	434	1.694
	434	1.694

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber	25.080	20.262
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(88)	(264)
(+) Juros e Demais Reduções Contas a Receber	(2.390)	(674)
	22.602	19.324

Circulante	18.554	15.997
Não Circulante	4.048	3.327

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes e créditos por idade de vencimento, posição em 31/dez./25:

Período	À Vencer	%	Vencidos	%
1 a 30 dias	10.158	44,96%	569	22,87%
31 a 60 dias	3.330	14,74%	324	13,02%
61 a 90 dias	1.169	5,17%	341	13,71%
91 a 120 dias	732	3,24%	113	4,54%
121 a 180 dias	1.096	4,85		

Continuação »»» **Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A.**
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 - (Valores em Milhares de Reais)

Nota 10. Imobilizado: O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Imobilizado	74.883	(51.198)	23.684	70.186	(48.552)	21.634
Máquinas e Equipamentos	1.043	(991)	52	1.126	(1.040)	86
Móveis, Utens. e Equipm. Informática	3	(3)	-	234	(234)	-
Veículos	89	(15)	74	80	(5)	75
Computadores e Periféricos	(93)	-	(93)	377	-	377
Bens em Poder de Terceiros	9.890	(451)	9.439	17.687	(1.912)	15.775
Direitos de Uso	5.645	-	5.645	2.471	-	2.471
Imobilizado em Andamento	91.460	(52.658)	38.801	92.161	(51.743)	40.418

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:	31/12/2024			31/12/2025		
	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/12/2024	31/12/2025
Máquinas e Equipamentos	21.634	(1.443)	(2.647)	867	23.684	21.634
Móveis, Utens. e Equipm. Informática	86	-	(33)	-	52	86
Veículos	-	-	-	-	-	-
Computadores e Periféricos	75	(2)	(11)	-	74	89
Bens em Poder de Terceiros	377	(492)	-	-	(93)	9.890
Direitos de Uso	15.775	1.498	(6.879)	(956)	9.439	5.645
Imobilizado em Andamento	2.471	4.744	(41)	-	(1.529)	2.471
	40.418	11.549	(8.857)	(3.647)	(662)	38.801

Nota 11. Intangível: O ativo intangível está composto da seguinte forma:	31/12/2024			31/12/2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Intangível	217	-	217	217	-	217
Marcas e Patentes	228	(281)	(53)	892	(437)	455
Programas/Software	1.998	(1.998)	-	-	-	-
Goodwill	2.443	(2.279)	164	1.109	(437)	672

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:	31/12/2024			31/12/2025		
	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferência	31/12/2024	31/12/2025
Marcas e Patentes	217	-	-	-	217	217
Programas/Software	(53)	2	-	(156)	662	455
	164	2	-	(156)	662	672

Nota 12. Fornecedores: A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), representando R\$ 36.841, em 31 de dezembro 2025 (R\$ 50.694, em 31 de dezembro de 2024).	31/12/2025		31/12/2024	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	Total
Banco Daycoval S.A.	2.489	414	2.903	2.903
Banco Sicredi	1.626	6.400	8.026	8.026
	4.115	6.814	10.929	10.929

Nota 13. Instituições Financeiras:	31/12/2025		31/12/2024	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	Total
Férias e Encargos a Pagar	1.168	-	1.168	1.074
Salários a Pagar	-	(1)	(1)	(1)
INSS a Recolher	242	-	242	226
Funrural a Recolher	1	-	1	-
Mensalidade Associativa	1	-	1	-
Outras Provisões	149	187	336	187
	1.561	1.486	3.047	1.486

Nota 14. Obrigações Sociais e Trabalhistas:	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS a Recolher	593	-	593	520
ICMS DIFAL a Recolher	244	-	244	212
PIS e COFINS a Recolher	344	-	344	(50)
IRRF a Recolher	120	-	120	124
Demais Impostos Retidos	14	-	14	14
	1.315	-	1.315	820

Nota 15. Obrigações Fiscais e Tributárias:	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos de Clientes Interno	847	-	847	2.009
Adiantamentos de Clientes Externo	228	-	228	-
	1.075	-	1.075	2.009

Nota 16. Adiantamentos de Clientes:	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS PRCT 2017	806	-	806	2.542
Parcelamento Demais Débitos PGFN	290	-	290	902
	1.096	-	1.096	3.444

Nota 17. Parcelamentos Tributários:	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Circulante	299	-	299	636
Não Circulante	797	-	797	2.808

Nota 18. Partes Relacionadas:	31/12/2025		31/12/2024	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	Total
Marangoni Colômbia	-	3.158	3.158	3.158
Total do Passivo Circulante	-	3.158	3.158	3.158
Marangoni SPA	-	3.857	3.857	3.857
Royalties	-	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante	-	3.857	3.857	3.857
Total de Partes Relacionadas	-	7.015	7.015	7.015

Nota 19. Passivo de Arrendamento:	31/12/2025		31/12/2024	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	Total
Direito de Uso	12.418	18.213	30.631	30.631
(-) Juros	(32)	-	(32)	-
	12.386	18.213	30.594	30.631
Circulante	476	126	602	602
Não Circulante	11.910	18.087	29.997	29.997

Nota 20. Provisão para Contingências: A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos, que representam R\$ 2.200 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 656 em 31 de dezembro de 2024). A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Ainda, conforme avaliação dos assessores jurídicos existem processos considerados como perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 3.105.	31/12/2025		31/12/2024	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	Total
Quantidade de Ações	1.000.000	100,00%	1.000.000	100,00%
Participação (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nota 21. Patrimônio Líquido: Capital Social: O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 está composto por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas, conforme demonstrado:	31/12/2025		31/12/2024	
	Receita Operacional Bruta	Receita Operacional Líquida	Total	Total
Receita Operacional Bruta	176.829	141.548	176.829	141.548
Receita de Venda de Produto Mercado Interno	-	-	-	-
Receita de Venda de Produto Mercado Externo	1.220	2.645	1.220	2.645
(-) Deduções	(40.506)	(33.122)	(40.506)	(33.122)
Impostos e Contribuições	(3.824)	(2.999)	(3.824)	(2.999)
Devoluções e Abatimentos	(44.330)	(36.121)	(44.330)	(36.121)
Receita Operacional Líquida	133.719	108.072	133.719	108.072

Nota 22. Receita Operacional Líquida:	31/12/2025		31/12/2024	
	Receita Operacional Bruta	Receita Operacional Líquida	Total	Total
Receita Operacional Bruta	176.829	141.548	176.829	141.548
Receita de Venda de Produto Mercado Interno	-	-	-	-
Receita de Venda de Produto Mercado Externo	1.220	2.645	1.220	2.645
(-) Deduções	(40.506)	(33.122)	(40.506)	(33.122)
Impostos e Contribuições	(3.824)	(2.999)	(3.824)	(2.999)
Devoluções e Abatimentos	(44.330)	(36.121)	(44.330)	(36.121)
Receita Operacional Líquida	133.719	108.072	133.719	108.072

Nota 23. Despesas com Pessoal:	31/12/2025		31/12/2024	
	Receitas e Despesas Financeiras, líquidas	Total	Total	Total
Salários e Adicionais	(6.677)	(7.797)	(6.677)	(7.797)
Encargos Sociais	(1.658)	(3.629)	(1.658)	(3.629)
Férias	(1.640)	(1.022)	(1.640)	(1.022)
13º Salário	(2.409)	(652)	(2.409)	(652)
Benefícios Sociais	(6.621)	(3.159)	(6.621)	(3.159)
	(19.005)	(16.259)	(19.005)	(16.259)

Nota 24. Outros Ganhos/Perdas Líquidos:	31/12/2025		31/12/2024	
	Receitas e Despesas Financeiras, líquidas	Total	Total	Total
Perdas (Ganho) na Venda de Ativos	177	(315)	177	(315)
Receitas Extraordinárias	5.431	1.245	5.431	1.245
Despesas Extraordinárias	(1.217)	(59)	(1.217)	(59)
Reversão Aluguel CPC 06*	3.094	3.208	3.094	3.208
Contingências	(193)	3.212	(193)	3.212
	7.292	7.291	7.292	7.291

Nota 25. Receitas e Despesas Financeiras:	31/12/2025		31/12/2024	
	Receitas e Despesas Financeiras, líquidas	Total	Total	Total
Receitas Financeiras	2.674	10	2.674	10
Juros Recebidos de Clientes	759	238	759	238
Juros ativos	1.321	1.738	1.321	1.738
Ganhos com Variação Cambial	-	662	-	662
	4.754	2.648	4.754	2.648
Despesas Financeiras	(575)	(408)	(575)	(408)
Juros Sobre Empréstimos	-	(35)	-	(35)
Juros Passivos Mútuos	(2.545)	(2.959)	(2.545)	(2.959)
Comissão de Cobrança	(15)	-	(15)	-
Despesas e Tarifas Bancárias	(30)	(42)	(30)	(42)
Perdas com Variação Cambial	(576)	(1.048)	(576)	(1.048)
Atualização SELIC - Crédito PIS/COFINS	(2.750)	(3.542)	(2.750)	(3.542)
	(6.491)	(8.034)	(6.491)	(8.034)
Receitas e Despesas Financeiras, líquidas	(1.737)	(5.386)	(1.737)	(5.386)

Nota 26. Cobertura de Seguros (Não Auditado): A Companhia possui apólices de seguro contratadas junto as seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para edifícios, veículos e acidentes pessoais, por valores considerados suficiente para cobrir eventuais perdas. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.	31/12/2025		31/12/2024	
	Receitas e Despesas Financeiras, líquidas	Total	Total	Total
Receitas e Despesas Financeiras, líquidas	(1.737)	(5.386)	(1.737)	(5.386)

RÉGIS DA SILVA DOS SANTOS	
Diretor Geral	
JOÃO CARLOS DO AMARAL DEMOLY	
Diretor Industrial	
PEDRO HENRIQUE RODRIGUES ASSIS	
Contador – CRC/RS-099735/O	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
Aos Diretores e Acionistas da Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A. Lagoa Santa - MG	
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marangoni Tread Latino América Ind. e Com. de Artefatos de Borracha S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marangoni Tread Latino América Ind. e Com. de Artefatos de Borracha S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
Ênfase – Encerramento da Recuperação Judicial: Conforme descrito na nota explicativa "1", a Companhia, ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05 (LRF - Lei de Falências e Recuperação Judicial de Empresas), em 14 de setembro de 2017, sendo deferido em 13 de novembro de 2017. Em 2022 o plano foi aprovado por maioria dos credores das classes I, II, III e IV, nos termos do artigo 42, da Lei nº 11.101/05. O Banco do Brasil interps agravo contra a decisão que homologou o plano. Em 2024 foi certificado o trânsito julgado, homologando o Plano de Recuperação Judicial iniciando o prazo para pagamento aos credores quirografários (Classe III) e aos credores micro pequenas empresas (Classe IV). Em 06 de junho de 2025, o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa reconheceu formalmente que a Companhia cumpriu as obrigações vencidas no período, proferindo a Sentença de Encerramento. Com o trânsito em julgado desta decisão, ocorrido em 04 de agosto de 2025, a supervisão do Administrador Judicial e a jurisdição do Juízo cessaram definitivamente, consolidando o retorno da companhia à sua normalidade administrativa e cadastral.	
Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.	
Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia	

MÜLLER & PREI	
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S	
CRC-PR nº 006.472/O-1-S/MG	
GEORGE ANGENS - Contador - CRC-PR nº 042.667/O-1-S/MG	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
Aos Diretores e Acionistas da Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A. Lagoa Santa - MG	
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marangoni Tread Latino América Ind. e Com. de Artefatos de Borracha S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marangoni Tread Latino América Ind. e Com. de Artefatos de Borracha S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
Ênfase – Encerramento da Recuperação Judicial: Conforme descrito na nota explicativa "1", a Companhia, ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05 (LRF - Lei de Falências e Recuperação Judicial de Empresas), em 14 de setembro de 2017, sendo deferido em 13 de novembro de 2017. Em 2022 o plano foi aprovado por maioria dos credores das classes I, II, III e IV, nos termos do artigo 42, da Lei nº 11.101/05. O Banco do Brasil interps agravo contra a decisão que homologou o plano. Em 2024 foi certificado o trânsito julgado, homologando o Plano de Recuperação Judicial iniciando o prazo para pagamento aos credores quirografários (Classe III) e aos credores micro pequenas empresas (Classe IV). Em 06 de junho de 2025, o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa reconheceu formalmente que a Companhia cumpriu as obrigações vencidas no período, proferindo a Sentença de Encerramento. Com o trânsito em julgado desta decisão, ocorrido em 04 de agosto de 2025, a supervisão do Administrador Judicial e a jurisdição do Juízo cessaram definitivamente, consolidando o retorno da companhia à sua normalidade administrativa e cadastral.	
Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável	